

Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)

*Valdirene Chitolina**

Esta comunicação trata das Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954), dissertação defendida em maio de 2008, na Universidade de Passo Fundo, é um estudo que tem como objetivo central analisar o processo de colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, conduzido a partir de 1920 pela subcolonizadora Irmãos Lunardi. Esta área compreendia, no passado, o “velho Xaxim”, atualmente desmembrado nos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Ipuacu,¹Galvão, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos.²

O recorte cronológico analisado é de 1920 a 1954: 1920, porque se refere ao ano de aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, tratada na pesquisa como subcolonizadora Irmãos Lunardi; 1954, porque assinala o desmembramento do distrito de Xaxim do “velho Chapecó”.

Este estudo justifica-se por proporcionar certo avanço no campo historiográfico do oeste de Santa Catarina, possibilitando a compreensão do processo de colonização de uma área que abrange atualmente nove municípios da região.

Para alcançar as metas da pesquisa foram lançados olhares às disputas territoriais que envolveram o oeste catarinense e ao grupo social dos caboclos, há décadas estabelecidos nesse recorte geográfico.

Pretende-se, ainda, evidenciar o movimento migratório dos descendentes de europeus que nas primeiras décadas do século XX cruzaram a divisa do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina, mobilizados por ações do Estado, da Igreja e das companhias colonizadoras.

Para compreender as dimensões simbólicas de um espaço social, aborda-se a linearidade picada, via carroçável e estrada, com

o propósito de perceber a construção do espaço viário como resultado da materialização do progresso econômico de uma região há séculos desassistida pelo Estado.

Discorre-se sobre as tecnologias empreendidas na exploração da flora regional, com o objetivo de associar ao fenômeno colonizador as dimensões econômicas e políticas fomentadas pelas especulações em torno das riquezas naturais da região. Também se relacionam os processos de instalação da agricultura familiar, do artesanato, do comércio, da indústria, da construção de moradias, das formas de lazer e da área da saúde com o fenômeno colonizador ocorrido na antiga fazenda Rodeio Bonito.

Acrescenta-se o objetivo de discutir a proposta republicana ensejada pelo Estado de disseminar a nacionalização no sul do país, região etnicamente pluralista. Observa-se, ainda, a proposta clerical de oficializar o catolicismo romanizado na fazenda Rodeio Bonito, colonizada principalmente pelo grupo étnico confessional de ítalo-católicos.

Por fim, o trabalho aborda, de maneira singular, a evolução jurídico-administrativa de antiga fazenda para município, deixando explícita a complexa teia de interesses dos colonizadores, industriais, madeireiros, comerciantes e outros estratos sociais da população envolvidos no processo emancipacionista do “velho Xaxim”.

Para alcançar esses propósitos o trabalho é dividido em cinco capítulos. O primeiro “Oeste: as disputas territoriais e a ocupação cabocla na fazenda Rodeio Bonito”, retrocede no tempo para contemplar as disputas territoriais que envolveram o primitivo oeste de Santa Catarina; caracteriza o período das contendidas internacionais e nacionais pelo direito à posse das terras da região e tem como proposta situar o período inicial do processo colonizador oestino desencadeado a partir das primeiras décadas do século XX.

Neste mesmo capítulo abordam-se aspectos socioculturais dos caboclos. Diante da efetivação dos projetos colonizadores no oeste, esse grupo social presenciou profundas mudanças no seu modo de viver configuradas com a colonização, que empreendeu proje-

tos do Estado, da Igreja e das companhias colonizadoras, tais como nacionalizar, catequizar e modernizar uma região até então ignorada pelas políticas públicas.

O objetivo do segundo capítulo, “As trajetórias dos migrantes na colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito”, é mencionar o percurso empreendido pelos migrantes rio-grandenses no início do século XX em direção ao oeste catarinense. De maneira singular, analisam-se as leis de terras no contexto regional, a ação das colonizadoras, a territorialidade da fazenda Rodeio Bonito e a formação da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi.

O tema do terceiro capítulo, “Reconstrução do espaço na antiga fazenda Rodeio Bonito”, trata das experiências cotidianas ligadas aos espaços viários, econômicos, domésticos e na área da saúde, referindo-se, sobretudo, aos migrantes rio-grandenses.

Em “A religião e educação no contexto da colonização”, quarto capítulo, evidencia-se como as elites políticas e econômicas, representadas essencialmente pelos colonizadores, operacionalizaram o propósito da Igreja Católica e do Estado de efetivar no oeste a brasilidade e o catolicismo romanizado, utilizando como principais veículos os educandários religiosos.

O último capítulo, “A formação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito e os colonizadores”, é dedicado ao estudo do processo emancipacionista do recorte geográfico estabelecido. Descreve-se a trajetória empreendida pelos colonizadores desde a aquisição da fazenda até a constituição da área em município e é feita uma análise da estrutura social da elite política envolvida no processo emancipacionista e de suas correlações com poderes regionais, estaduais e nacionais. Neste trabalho “o termo elite é empregado num sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”.³

A questão norteadora desta investigação, ancorando-se na história regional, ocupa-se das particularidades que envolveram a antiga fazenda Rodeio Bonito para mostrar as marcas identitárias

que transcenderam o meramente geográfico e que envolveram o cultural, o econômico, o político e a historicidade de diferentes grupos sociais que se fixaram nessa região em decorrência do processo colonizador.

Metodologia

Com o propósito de processar as informações sobre a problematização, adotaram-se como meios técnicos a pesquisa bibliográfica, documental e a história oral. Quanto à natureza da pesquisa, combinam-se as modalidades quanti-quali, prevalecendo a qualitativa, mas há situações em que a quantitativa também enriquece o texto por meio de análises estatísticas.

As principais fontes documentais utilizadas foram os acervos da Casa da Cultura de Xaxim, da Justiça Eleitoral de Chapecó, da Justiça Eleitoral de Xaxim, da Câmara de Vereadores de Chapecó e de Xaxim, da Escola de Educação Básica Gomes Carneiro de Xaxim e da Prefeitura de Xaxim. Ainda foram utilizados documentos de particulares, do arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), de Chapecó, do arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Florianópolis, da Biblioteca Pública de Xaxim, do livro de tombo da paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim, memórias orais, fotografias, mapas, periódicos, bibliografias, informações obtidas via internet e dados do censo demográfico.

Em relação à documentação da subcolonizadora Irmãos Lunardi, localizaram-se no acervo do CEOM vários mapas da fazenda Rodeio Bonito; outros documentos foram disponibilizados por Rui Longhi,⁴ residente em Passo Fundo. As atas sobre o processo emancipacionista do distrito de Xaxim, que se encontram de posse de Carlos Alberto Dal Bello,⁵ residente em Xaxim, também foram fundamentais para a pesquisa.

Acrescenta-se que a história oral possibilitou a recuperação de informações sobre muitas experiências vividas por caboclos e por migrantes no processo colonizador da fazenda Rodeio

Bonito. Por meio das entrevistas foi possível compreender e representar situações, fatos, cenários e atores que protagonizaram a colonização dessa área.

Alessandro Portell⁶, em obra de 1987, refere-se à história oral como uma ciência e uma arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, pelo diálogo com pessoas sobre a experiência e memória individuais em razão do impacto que estas tiveram na vida de cada uma.ⁱⁱⁱ Segundo o mesmo autor, “não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial [...]”.⁷

Com base no pensamento de Portelli, por meio da história oral destacam-se memórias orais coletadas na década de 1980 por Cláudio Orso, Eduardo Lunardi, Lademir Dall Inha e Maria de Oliveira. Esse material se constituiu em fonte primária por contemplar uma temporalidade impossível de ser recuperada com entrevistas contemporâneas.

Foram valorizadas outras memórias orais, coletadas por Arlene Renk e Rosangela Zanco Fontana e cedidas pelo CEOM, por fornecerem detalhes historiográficos sobre os caboclos e os migrantes, as quais complementaram as fontes escritas. Outras entrevistas foram realizadas com o intuito de esclarecer situações não elucidadas pela documentação.

As entrevistas foram direcionadas aos caboclos e migrantes, numa amostra composta por 34 habitantes da antiga fazenda Rodeio Bonito. A faixa etária dos entrevistados variou de 60 a 115 anos de idade. A coleta consistiu em perguntas que contemplaram uma mescla de questões socioculturais, cujas respostas foram sistematizadas num quadro, para, após analisá-las, descrevê-las ao longo da pesquisa.

Algumas vezes, simples registros no livro de tombo da igreja matriz de Xaxim, panfletos, atas ou jornais possibilitaram, em con-

junto com outras fontes, a compreensão da problematização da pesquisa. Além disso, para reconstruir o objeto da pesquisa, a fotografia também foi utilizada, não como uma comprovação última da realidade, mas como parte dela. Esta fonte, de acordo com Pierre Francastel, “é sempre demarcada pelos valores de uma determinada época ou cultura , pertence à cadeia de percepções onde está inserida. A imagem figurativa é uma percepção aberta e polivalente”.⁸ Segundo Maria Eliza Borges, “longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante”.⁹

Por meio do acervo fotográfico dos migrantes ou daquele disponibilizado pela Casa da Cultura de Xaxim, foi possível condensar neste trabalho atores, sequências temporais, memórias de lugares, de espaços vividos e vários significados. Enfim, a fotografia possibilitou a representação de traços do mundo material e cultural das comunidades que se formaram na área da antiga fazenda Rodeio Bonito.

Concordando com as ideias de Eric Hobsbawm, alerta-se que “os leitores não devem se deixar induzir pelo tom confiante da literatura (incluindo minhas próprias observações) e confundir opiniões com verdades estabelecidas”,¹⁰ porque a história é sempre provisória, dependendo das fontes, da sensibilidade e do olhar do historiador num dado momento. O passado já está posto, mas recriá-lo ou representá-lo é tarefa sempre incompleta e inacabada.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou o processo de colonização empreendido na fazenda Rodeio Bonito, no oeste de Santa Catarina, de 1920 a 1954, em suas múltiplas correlações entre caboclos, migrantes e colonizadores, que, imbricadas a um conjunto de fatores, interagiram e produziram a territorialidade étnica de nove municípios da região.

No decorrer da pesquisa constatou-se que a territorialidade do oeste de Santa Catarina é uma invenção política instituída oficialmente em 1916, com o fim da Questão do Contestado. Ao longo de sua formação histórica, foi um território disputado entre países e unidades nacionais.

Em virtude da herança luso-espanhola, a Argentina disputou com o Brasil o direito à posse das terras do oeste catarinense na Questão de Palmas, litígio resolvido em 1895. As fronteiras entre os vizinhos foram definidas pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, beneficiando exclusivamente o Brasil. Alguns anos antes, para garantir a posse efetiva da região oeste ao país, o Governo Imperial criara a colônia militar de Xanxerê.

Entre 1853 e 1916, Santa Catarina e Paraná também disputaram o direito de posse do que compreende hoje aproximadamente 50% do território catarinense, a chamada “região do Contestado”, envolvida numa guerra sertaneja que chegou ao fim com o massacre de milhares de caboclos e a rendição dos últimos sobreviventes.

No período que precedeu a Guerra do Contestado o caboclo da região integrava-se essencialmente na economia extrativa e tropeira, que tinha como principal rota a estrada de Palmas à região das Missões, no Rio Grande do Sul. Ao longo desse caminho surgiram pequenos povoados, dos quais um foi Passo do Xaxim.

Os caboclos, além das lides ervateira e tropeira, praticavam a agricultura de subsistência, utilizando a técnica da coivara e ferramentas rudimentares para o trabalho. A terra, ocupada em caráter temporário, não lhes representava um bem imobiliário; a alimentação provinha da agricultura, pecuária, caça e coleta de frutas da época; as casas eram construídas em poucos dias, com o uso de recursos naturais. Praticavam o catolicismo popular sem a intermediação direta de instituições clericais e mantinham relações de compadrio que legitimavam a ajuda mútua. Em relação à assistência pública estavam abandonados pelo Estado.

Durante o processo colonizador oestino, o caboclo foi, paulatinamente, sendo alijado das áreas que ocupava, de forma lícita

ou ilícita, tornando-se mão-de-obra subalternizada principalmente nas indústrias madeireiras e na abertura de estradas na região.

No mesmo recorte cronológico em que os caboclos ocupavam as terras do oeste de Santa Catarina, no outro lado do Atlântico, motivados por inúmeras razões apontadas na pesquisa, milhares de europeus se lançaram à travessia do oceano, rumo à América. Dos que se espalharam pelo sul do Brasil, uma parcela se instalou nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Anos mais tarde, os descendentes desses imigrantes partiriam em direção ao oeste catarinense, essencialmente entre as décadas de 1920 a 1960.

Alguns fatores foram determinantes para a instalação dos migrantes rio-grandenses nas novas terras, como a postura do Estado, que, aliado às companhias colonizadoras, criou estratégias para a apropriação das terras em detrimento dos nativos e dos caboclos. Esses grupos segundo as ideologias do Estado e da intelectualidade, não se encaixavam no perfil modernizador e progressista idealizado para o país naquele momento.

Ensejando os objetivos do Estado e das companhias colonizadoras, a primitiva fazenda Rodeio Bonito foi colonizada. Anteriormente, essa área foi propriedade dos herdeiros da baronesa de Limeira, mas, nas primeiras décadas do século XX, fora considerada terra passível de colonização. Assim, foi concedida pelo Estado para a colonizadora Bertaso, Maia & Cia. como forma de pagamento pela construção da via carroçável entre Passo dos Índios e Goio-En, um percurso de aproximadamente 30 km.

Ernesto Bertaso, sócio da Bertaso, Maia & Cia., ainda em 1920 vendeu a fazenda Rodeio Bonito, com uma área de 242.000.000 m², para Antônio, Glácomo, João e Pedro Lunardi. Em razão dessa transação comercial, constituiu-se a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, que, em seguida, partiria para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, à exploração da madeira e, em menor número, voltados ao comércio e à incipiente indústria. Segundo os dados coletados, os compradores eram basicamente de Guaporé,

Veranópolis, Antonio Prado, Getúlio Vargas, Bela Vista, entre outros, no Rio Grande do Sul.

Os que saíram das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e migraram para fazenda Rodeio Bonito depararam-se no percurso com singelas picadas, por onde se passava a pé, a cavalo ou em cargueiros. No curso dos anos as antigas picadas foram transformadas em estradas carroçáveis e, mais tarde, em vias rodoviárias. Segundo a pesquisa, na década de 1940 as carroças circulavam lado a lado com os caminhões e, em menor número, com ônibus e automóveis e outros meios de transportes.

Os migrantes rio-grandenses na fazenda Rodeio Bonito potencializaram as terras, exploraram as matas e instalaram dezenas de serrarias. A produção era exportada para a Argentina via Rio Uruguai, por balsas. Em consequência do processo colonizador, além das madeireiras, surgiram no oeste as bodegas, os moinhos, os alambiques e frigoríficos, os quais articulavam a produção familiar, viabilizando o comércio interno da região.

No oeste catarinense o migrante reconstruiu novos espaços, de acordo com suas necessidades e condições. Em relação ao trabalho, assim como nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, materializaram-se práticas desiguais na divisão das tarefas. A dominação paterna, a exclusão feminina em relação ao capital acumulado, os poucos recursos, a rígida disciplina, os castigos físicos eram uma realidade na vida privada dos ítalo-rio-grandenses em terras catarinenses.

Outro aspecto constatado no fenômeno colonizador da fazenda Rodeio Bonito foi o descaso com que as autoridades estaduais tratavam a saúde pública na região. A falta de infraestrutura obrigava ao deslocamento dos necessitados para o Rio Grande do Sul, pois só mais tarde, vinte anos depois de iniciado o processo de colonização, em 1942, construiu-se o hospital São Pedro na sede do distrito de Xaxim.

Nas perspectivas religiosa e educacional evidenciadas no processo colonizador da Rodeio Bonito ficou claro que a Igreja Católica, e as escolas operavam, na prática, separadamente. No entanto, em conjunto, essas instituições difundiam os ideais de nacionalização e modernidade almejados pelo Estado, além do catolicismo romanizado,

que ia ao encontro das necessidades da Igreja Católica a qual visava expandir a cristianização em virtude do crescente processo de secularização que se vivenciava naquele momento.

No aspecto religioso, além dos interesses da Igreja e do Estado, houve o proveito de líderes políticos representados pelos empresários das extintas colonizadoras Bertaso, Maia & Cia. e Irmãos Lunardi. O processo linear de capela, igreja e paróquia materializou-se com o apoio efetivo dos antigos empresários da colonização e os interesses privados buscaram amparo no poder da Igreja. Muitos atores desse cenário figuraram no processo emancipacionista do distrito de Xaxim.

A ideia de progresso, de antiga fazenda para município, desfoca as tramas, os interesses econômicos e as imbricações políticas que permearam a tessitura social de uma região que vivenciou um jogo de interesses que privilegiou colonizadores, madeireiros, comerciantes e industriais, em detrimento da maioria da população, composta por pequenos proprietários, agricultores, mulheres e caboclos, explicitamente ignorados no processo emancipacionista.

Os atores que perseguiram a emancipação da antiga fazenda Rodeio Bonito ligavam-se, essencialmente, ao setor urbano, e o grupo étnico mais representado foi o dos ítalo-rio-grandenses, seguidos pelos luso-brasileiros. A estrutura social era formada por profissionais liberais, madeireiros, industriais e colonizadores, principalmente membros da família Lunardi, líderes que, além de comandarem suas empresas, voltaram-se para a política. Por outro lado, dos que buscaram a emancipação e tornaram-se candidatos nas eleições de 3 de outubro de 1954 sobressaíram-se os colonizadores, os madeireiros e os industriais.

Perceberam-se as inúmeras mudanças que a Rodeio Bonito vivenciou a partir de 1920, tais como a depuração do modo de viver do caboclo, que, impotente, foi afastado das áreas que ocupava; a colonização da área por milhares de migrantes rio-grandenses, os quais reconstruíram espaços nas novas terras; a aniquilação da flora regional; a formação de um campesinato voltado para a agricultura familiar; a formação de uma elite política que ensinava participar do

poder local e regional, objetivos coroados pela emancipação jurídico-administrativa de Xaxim.

De acordo com o contexto trabalhado, esta pesquisa suscita outras questões que poderão ser aprofundadas sobre o comportamento dos caboclos em relação à preservação da natureza, materializada na conservação dos faxinais, e a despreocupação do migrante que explorou e devastou, em larga escala, a flora regional.

Há quase um século do início da colonização do oeste de Santa Catarina, a concepção de sertão inculto e atrasado, em comparação ao litoral, tão nitidamente apontada pelos intelectuais que participaram, em 1929, da expedição de Adolfo Konder, diminuiu ou acentuou-se em relação à política, à economia, à educação, à saúde e a outros serviços públicos prestados pelo Estado?

Em que momento e por que a Igreja Católica, hegemônica na antiga fazenda Rodeio Bonito, no recorte temporal estudado, perdeu o monopólio da fé cristã e como se deu a pluralização de outras religiões nessa área?

Que lembranças o migrante idoso guarda na memória sobre a experiência de estudar nos educandários religiosos, no período da colonização?

Outra questão em aberto se refere à área da fazenda Rodeio Bonito, que, segundo a documentação pertencente à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., utilizada por Walter Piazza e por Renilda Vicenzi, abrangia uma extensão de 288.203.010 m², mas, de acordo com o contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia. para a Irmãos Lunardi, era menor, com 242.000.000 m². Por sua vez, fontes do IBGE, no referente à área do município de Xaxim no período da emancipação, citam a extensão de 1.128 km².

Além disso, existem outros aspectos, como o pleito eleitoral de 1954, que poderão servir de inspiração para trabalhos futuros: a composição social dos eleitores, a locomoção para chegar às urnas, a campanha política, a forma de propaganda, entre outros.

Por certo, as questões abordadas nesta pesquisa poderão ser estudadas numa perspectiva mais ampla, apesar de todo o esforço em-

preendido para interpretar uma realidade que já não existe, mas que faz parte da história de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos e Xaxim, municípios que no passado constituíram a área da antiga fazenda Rodeio Bonito.

Notas

* Professora da Escola Básica Municipal Dom Bosco e da Celer – Faculdades em Xaxim. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: valdirenechitolina@yahoo.com.br

¹ Somente uma parte da área do município de Ipuacu pertencia à antiga fazenda Rodeio Bonito, a parcela desmembrada do município de Marema. “Art. 1º Fica criado o Município de Ipuacu, desmembrado do Município de Abelardo Luz, constituído pela área territorial do distrito de mesmo nome e parte dos Municípios de Xanxerê e Marema”. In: SANTA CATARINA. Lei nº 8.531, de 30 de março de 1992. Disponível em: < h t t p : / / pt.wikisource.org/wiki/Lei_Estadual_de_Santa_Catarina_8561_de_1992>. Acesso em: 2 fev. 2008.

² De 1933 a 1953 figura o distrito São Domingos no município de Chapecó. É transferido para o município de Xaxim em 1953. In: IBGE. Santa Catarina: Banco de dados. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

³ HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. Logos- revista de divulgação científica, Canoas: Ulbra, maio 1999. p. 42.

⁴ Rui Longhi, casado com Jurema Lunardi, filha de Luiz Lunardi.

⁵ Carlos Alberto Dal Bello tem um grau de parentesco distante com Luiz Lunardi.

⁶ Cf. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.. São Paulo: PUC, vol. 1, n. 15, p. 1-293, abr. 1997.

⁷ IDEM.

⁸ FRANCASTEL, Pierre. Imagem, visão e imaginação. Lisboa: Presença, 1983, p. 50.

⁹ BORGES, Maria Eliza Linhares. História e fotografia. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: um breve século XX (1914-1991). Trad. de Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 581.

Referências

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FRANCASTEL, Pierre. **Imagem, visão e imaginação**. Lisboa: Presença, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: um breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense**: das suas raízes aos nossos dias 1834-1984. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na história oral. PUC, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 1-293, abr. 1997.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

VICENZI, Renilda. **Terra nova, vida nova**: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.